CONTAS PÚBLICAS

Ajuste exige costura política difícil para o governo

Ano eleitoral vai dificultar a aprovação de medidas que são impopulares, mas necessárias, dizem analistas

DENISE NEUMANN

s economistas que acompanham as contas públicas apostam nas reformas estruturais para dar mais qualidade ao ajuste fiscal no longo prazo. Ainda assim, as soluções não são fáceis, segundo eles. E exigirão uma costura política difícil de ser obtida, especialmente em anos eleitorais, como será o ano 2000.

O especialista em contas públicas Raul Velloso, por exemplo, diz que sem mexer no estoque de beneficiários não será possível conter a tendência de crescimento dos gastos com a Previdência.

Ele afirma que, para conseguir reduzir o déficit, os beneficios precisam crescer abaixo do crescimento nominal do Produto Interno Bruto (PIB) – leia-se inflação. Nos últimos anos, observa, o governo cedeu a pressões políticas e autorizou para o salário mínimo e a Previdência reajustes superiores à inflação passada.

Para ele, a correção do valor dos benefícios precisa ser condicionada à evolução das receitas e do aumento do número de beneficiários. "Todo ano cresce cerca de 5% o número de novos aposentados ou pensionistas",

ACERTO DAS

CONTAS REQUER

DESVINCULAÇÃO

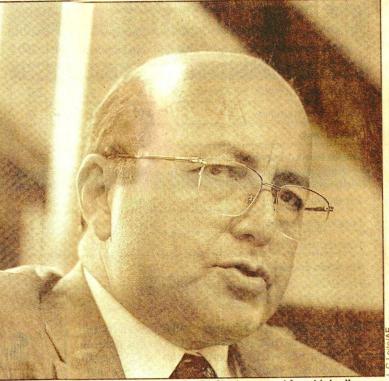
DE RECEITAS

diz Velloso.

Na outra ponta, lembra o especialista, a mudança no mercado de trabalho (desemprego, informalidade, novas tecnologias, etc) estão reduzindo o número de contribuintes e o valor

das novas contribuições.

Perda de direitos – O ex-ministro Mailson da Nóbrega vai mais longe na sugestão para re-



Mailson: "Situação vai exigir perda de direitos previdenciários"

PROMESSA AO FMI

Metas básicas de superávit primário (em % do PIB) contidas no acordo com o Fundo

Saldo	1998	1999	2000	2001	
Total	0,00	3,1	3,3	3,4	lado
Governo central	0,6	2,3	2,7	2,6	
Estados Municípios	-0,2	0,4	0,5	0,7	
Empresas estatais	-0,4	0,4	0,1	0,1	ArtEstad

duzir o "estoque"
da Previdência.
"A situação é grave e vai exigir
quebra de direitos adquiridos",
diz. Para quem se
assusta com a observação, ele lembra que Chile e
Argentina adota-

ram medidas semelhantes.

Quando esses países fizeram a reforma da Previdência, uma parte dos direitos anteriores não foi reconhecida. No Chile, explica, foi adotado um sistema de capitalização (privatização da Previdência) e os trabalhadores tiveram direito a um bônus correspondente ao passado das contribuições, mas esse bônus foi calculado com deságio. "Vai ser muito complicado, mas o Congresso vai ter de fazer essa discussão", observa Mailson.

Velloso concorda: "As contas públicas não são contas isoladas; se o governo não faz ajuste de um lado, paga de outro", raciocina, referindo-se ao não controle da Previdência e ao corte que vêm sendo su secretário da Rec Everardo Maciel, uma contribuição tante para o ajuste to e médio prazos.

recorrente de despesas em programas sociais.

No curto prazo, as principais apostas para fechar o ajuste fiscal dos anos 2000 e 2001 concentram-se em corte de despesas e aumento de arrecadação. Marcelo Allain, do BMC, não descarta a hipótese de o governo buscar novas receitas temporárias do estilo CPMF ou Cofins. Velloso acredita em corte de despesas, apesar dos problemas estruturais que se avolumam.

Mailson acha que o governo pode buscar um novo mecanismo para desvincular receitas. "Não vejo como o governo possa deixar áreas como a saúde a pão e água", diz. "O ajuste fiscal para os anos 2000 e 2001 só será obtido com uma forte desvinculação de receitas", pondera, citando os gastos com saúde e seguridade social como alvos dessa desvinculação.

Qualidade - Mauro Schneider, do ING Barings, observa que o mercado (os investidores internacionais, principalmente) começa a se preocupar não apenas com a quantidade do ajuste brasileiro (se a meta será cumprida ou não), mas também com a sua qualidade.

Na sua opinião, a velocidade com que governo e Congresso aprovaram (e estão aprovando, ainda) as reformas estruturais "foi baixa". O mesmo se aplica, diz, à instituição da reforma administrativa. Seria importante, agora, acelerar a discussão e aprovação de medidas como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a segunda reforma da Previdência.

Allain, do BMC, relaciona como prioridade a reforma tributária. Bernard Appy, da LCA Consultores, lembra que, além das reformas, medidas que estão ao alcance do governo, como as de combate à sonegação que vêm sendo sugeridas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, podem dar uma contribuição muito importante para o ajuste fiscal no curtante para o a